

## Os fundamentos da pesquisa em estratificação educacional: dinâmicas e desigualdades educacionais em debate

*The foundations of research on educational stratification:  
Dynamics and educational inequalities in debate*

### Resumo

Os estudos sobre estratificação educacional são abundantes e geram uma variedade de diagnósticos, alimentando uma linha de pesquisa de tradicional interesse para sociólogos e sociólogas. Esse dinamismo torna desafiadora a tarefa de organizar seus principais fundamentos e debates, frequentemente resultando em complexos labirintos teóricos e metodológicos, devido às múltiplas variáveis que influenciam o acesso, a permanência e o sucesso no sistema educacional. Este artigo tem como objetivo sistematizar os principais fundamentos, argumentos e debates da pesquisa sobre estratificação educacional. Para isso, realizamos um debate bibliográfico das tendências que têm influenciado esses estudos entre os anos de 1990 e 2020, contribuindo para uma melhor compreensão das dinâmicas e interseções presentes nas análises quantitativas sobre desigualdade educacional. Concluímos que, embora existam diferenças nas abordagens nacionais e internacionais, as pesquisas sobre estratificação educacional compartilham uma base teórica consistente e vêm se beneficiando do crescente refinamento das análises quantitativas, que permitem avanços significativos na compreensão das desigualdades educacionais.

**Palavras-chave:** Pesquisa em estratificação. Estratificação educacional. Expansão educacional. Desigualdade Educacional.

### Abstract

Studies on educational stratification are abundant and generate a variety of diagnoses, feeding a line of research of traditionally interest to sociologists. This dynamism makes the task of organizing its main foundations and debates challenging, often resulting in complex theoretical and methodological mazes, due to the multiple variables that influence access, permanence, and success in the educational system. This article aims to systematize the main foundations, arguments, and debates of research on

**Taiane Fabiele da Silva Bringhenti**  
Doutora em Ciências Sociais (PUCRS).  
[fabiele.silvabringhenti@gmail.com](mailto:fabiele.silvabringhenti@gmail.com)

**Ana Carolina Homem de Miranda**  
Mestra em Ciências Sociais (PUCRS).  
[anahomemh.m@gmail.com](mailto:anahomemh.m@gmail.com)

educational stratification. To achieve this, we conduct a bibliographic debate on the trends that have influenced these studies between 1990 and 2020, contributing to a better understanding of the dynamics and intersections present in quantitative analyses of educational inequality. We conclude that, although there are differences in national and international approaches, research on educational stratification shares a consistent theoretical foundation and has been benefiting from the increasing refinement of quantitative analyses, which allow for significant advancements in understanding of educational inequalities.

**Keywords:** Stratification research. Educational stratification. Educational expansion. Educational inequality

## Introdução<sup>1</sup>

A expansão dos sistemas educacionais das últimas décadas tem consolidado a educação como um elemento central na estratificação social. Ter um diploma em mãos se tornou um caminho fundamental para a realização de resultados que atravessam diferentes aspectos da vida e que podem ajudar a explicar as variações relacionadas ao *status* ocupacional, aos rendimentos financeiros e aos ganhos alcançados no mercado de trabalho.

O aumento da oferta de educação primária universal no início do século XX, a ascensão da educação secundária e o contínuo desenvolvimento do ensino superior têm estimulado as pesquisas vinculadas ao subcampo da estratificação educacional. Há muito tempo<sup>2</sup>, esse subcampo vem produzindo análises cada vez mais sofisticadas sobre o impacto das credenciais educacionais ao longo da vida dos indivíduos e a sua relação com a manutenção ou a redução das desigualdades (Grusky; Weisshaar, 2014).

Todavia, apesar da consolidação e da importância reconhecida desse subcampo em âmbitos nacional e internacional, estabelecer e compreender seus fundamentos essenciais são tarefas desafiadoras. Primeiramente, a complexidade teórica e

<sup>1</sup>A elaboração deste estudo contou com o apoio das seguintes instituições: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que financia a primeira autora em sua posição de pesquisadora de Pós-doutorado Júnior; e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 0011, que apoia a segunda autora, atualmente pesquisadora de doutorado com bolsa de fomento CAPES. Agradecemos também aos pareceristas pelos comentários assertivos e pela leitura atenta.

<sup>2</sup>Também sugerimos a leitura do livro organizado por David Grusky *Social Stratification Class, Race, and Gender in Sociological Perspective*, de 2014, que possui uma extensa bibliografia sobre os principais achados e caminhos analíticos vinculados à temática de estratificação, considerando múltiplas variáveis, sendo uma delas a educação.

metodológica, com múltiplas variáveis que influenciam o acesso, a permanência e o sucesso no sistema educacional, pode criar labirintos analíticos. Para os pesquisadores iniciantes, esse cenário pode ser especialmente intimidante, devido ao volume e à diversidade dos trabalhos existentes. Em segundo lugar, há uma lacuna significativa na literatura sobre a estratificação educacional que se refere aos fundamentos teóricos e conceituais dessa área, especialmente no contexto brasileiro. Embora existam algumas publicações sobre o tema, como as de Mont'Alvão (2011), Picanço e Moraes (2016), e Ribeiro e Carvalhaes (2020), essas obras tendem a oferecer uma visão mais panorâmica da questão, frequentemente sem aprofundar os fundamentos teóricos que sustentam a análise da estratificação educacional.

Diante dessa lacuna, e da crescente validade do tema educação para o cenário social atual, o objetivo deste artigo é sistematizar os principais fundamentos, argumentos e debates que permeiam a pesquisa de estratificação educacional. Buscamos fornecer uma visão panorâmica das principais tendências teóricas e metodológicas que têm influenciado esse subcampo entre a década de 1990 e 2020, nos cenários nacional e internacional. No que se refere as produções presentes neste artigo, privilegiamos aqueles que partem de abordagens quantitativas, por entender que esses assumem uma centralidade nos processos de análise da estratificação.

Para atingir o objetivo geral, o nosso estudo baseia-se em uma abordagem centrada na revisão de literatura e na discussão teórica. Entendemos que essa combinação proporciona uma base sólida para as análises apresentadas neste artigo, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e detalhada das dinâmicas de estratificação educacional.

Para tal, organizamos este artigo em quatro seções: na primeira, discutimos os fundamentos da estratificação social, explorando desde a definição do conceito até as suas ramificações no campo educacional. Esse entendimento inicial é crucial para contextualizarmos a importância da variável educação nas análises de estratificação. Em seguida, abordamos as teorias que explicam como as origens sociais dos indivíduos influenciam seus destinos educacionais. Após, demos atenção às metodologias utilizadas para estudar a desigualdade educacional, para isso, discutimos as diferentes abordagens e técnicas de pesquisa, destacando suas vantagens e limitações na captura das nuances da estratificação educacional. Por fim,

exploramos os debates presentes entre as décadas de 1990 e 2020, tanto em contextos nacionais quanto internacionais. Examinamos as tendências, os enfoques de pesquisa e como esses estudos continuam contribuindo para uma compreensão mais profunda das desigualdades educacionais.

A partir desses elementos, temos a intenção de criar um recurso que ofereça uma exposição geral e uma estrutura prática para a condução de novas investigações no campo. Pois entendemos que a própria prática e a inserção temática também partem de um esforço reflexivo sobre as possibilidades de contribuição. Assim, diante de um espaço de múltiplos labirintos, a nossa proposta é oferecer um mapa.

## 1 Fundamentos da estratificação educacional

A estratificação social é uma tradicional área de estudos da Sociologia que analisa de forma empírica – e em grande parte quantitativa – os processos responsáveis pela desigualdade social. Vale ressaltar que, embora estejam entrelaçadas, a estratificação e a desigualdade não são palavras sinônimas. A estratificação é um conceito mais amplo, que relaciona a categorização e a hierarquização de pessoas e grupos a partir de diferentes aspectos, como raça, gênero, classe social, educação e renda. Desigualdade, por outro lado, diz respeito à distribuição desigual de recursos e oportunidades entre as pessoas, que se manifesta de diferentes formas, seja como desigualdade de renda, de acesso (como educação, saúde etc.) ou de oportunidades.

Quanto aos estudos que resultam dessa grande temática, existem diferentes assuntos que têm interessado os pesquisadores e as pesquisadoras. Para Ribeiro e Carvalhaes (2020), as análises de estratificação social basicamente se concentram em estudar: i) a desigualdade de condições; ii) a desigualdade de oportunidades em diferentes transições ao longo do ciclo de vida; iii) a comparação entre as desigualdades de condições e oportunidades, e o impacto dessas diferenças; iv) os efeitos das desigualdades em outras dimensões da vida, como opinião política, voto, saúde etc.; e, por fim, v) observar os diferentes mecanismos e a forma como eles atuam na distribuição desigual de resultados e condições. A partir desses eixos, diferentes variáveis são mobilizadas para tentar entender as desigualdades presentes na

sociedade, sendo uma delas a educação, que está atrelada ao subcampo de estratificação educacional.

Estratificação educacional, segundo Grusky e Weisshaar (2014), se trata de um subcampo, que se preocupa em investigar o impacto das credenciais auferidas pela escolaridade ao longo da vida dos indivíduos, seja para manutenção ou diminuição das desigualdades. Nas palavras de Silva (2003, p. 105), são trabalhos preocupados em analisar “a dependência do funcionamento do sistema escolar, enquanto responsável pela seleção social e pela socialização dos jovens, em relação à origem social dos alunos que por ele passam”.

O entendimento geral que norteia essas discussões é de que quanto menor a relação entre a origem de classe dos alunos e os resultados educacionais durante a progressão escolar, mais aberto será o sistema educacional. Por outro lado, se há uma forte relação entre essas variáveis, mais fechado será o sistema educacional<sup>3</sup>. Isto é, sendo a educação um elemento central para o “acesso a posições ocupacionais e de renda hierarquicamente superiores, logo, a diminuição das desigualdades de acesso à educação seria uma das principais maneiras de combater a transmissão de desigualdades ao longo das gerações” (Ribeiro, 2011, p. 41).

A partir disso, são múltiplas as variáveis de interesse nessas análises – como raça, etnia, gênero, região geográfica, aptidões, habilidades e desenvolvimento cognitivo – mas aquelas de maior destaque entre as publicações da área é a relação entre origem de classe social e o acesso, a progressão e os resultados educacionais (Mont’Alvão, 2011). Para isso, esses elementos são de fundamental importância: o entendimento de origem social e trajetória escolar.

A influência das origens familiares para o êxito escolar dos filhos já produziu uma extensa bibliografia, indicando que sim, há fatores condicionados pelo nascimento e que não se dissolvem nos ciclos seguintes. Ao nascer em uma determinada família, o indivíduo herda de seus familiares as condições econômicas, sociais e culturais que vão impactar em diferentes aspectos de sua vida, sendo um deles o seu futuro educacional (Breen *et al.*, 2009). A transmissão da herança familiar

---

<sup>3</sup>Nessa perspectiva, a autora Scalón (1999, p. 13) nos explica que: “uma sociedade pode ser definida como aberta ou fechada, justa ou injusta, igual ou desigual, de acordo com o grau de fluidez de sua estrutura de estratificação social, ou seja, de como são distribuídas as oportunidades de alcançar posições sociais”.

pode ocorrer de diferentes formas e vai influenciar e atravessar os diferentes momentos da vida dos sujeitos, cerceando ou não as chances de progresso dentro do sistema educacional.

Para tentar explicar o efeito da origem de classe social sobre os indivíduos, a literatura sobre o tema considera duas facetas relevantes na progressão escolar dos estudantes, que são resumidos em efeitos primários e secundários (Boudon, 1981). Os efeitos primários são aqueles que criam as diferenças de classe nas habilidades demonstradas pelas crianças e no alcance inicial na escola, não se referindo às aspirações, por exemplo, “é conhecido que as crianças de classes mais privilegiadas apresentam um desempenho médio superior ao das crianças de classes menos favorecidas em testes padrão, exames etc.” (Breen; Goldthorpe, 1997, p. 277, tradução nossa). Já os secundários operam nas decisões dos pais e dos estudantes à medida que são atingidas as diversas transições do sistema educativo – continuar ou mudar de curso, sair ou permanecer estudando (Boudon, 1981). Dessa forma, entende-se que os alunos passam por diferentes momentos de decisões em que “o estudante e a sua família têm sempre uma possibilidade de escolha, a qual é tomada com base nos custos e benefícios de cada opção” (Mont’Alvão, 2011, p. 395).

Para além desses efeitos, a transmissão da herança familiar também pode operar em outros contornos, como reflete Lucas (2001). Para o autor, as famílias que possuem chefes com algum tipo de vantagem socioeconômica podem ter acesso a lugares privilegiados para os seus filhos. E essa posição de vantagem não se dá apenas pela amplitude dos recursos, mas também pelas “experiências pessoais que tornam mais provável que sejam capazes de reconhecer o pivô de “determinada instância” para a qual eles podem querer aplicar esses recursos” (Lucas, 2001, p. 1650, tradução nossa). Mesmo caso apontado por Blossfield e Shavit (1993), quando refletem sobre os esforços que as famílias pobres têm que fazer para manterem os seus filhos na escola e na universidade.

A partir desses direcionamentos, o campo também tem incluído a ideia de dimensões vertical e horizontal da estratificação educacional. A análise da dimensão vertical, que se refere aos anos de estudo e ao grau de escolaridade, recebe grande foco dos pesquisadores. Alguns dos primeiros trabalhos a avaliar a persistência das vantagens sociais entre pais e filhos no contexto norte-americano examinaram os

efeitos da origem social nas decisões escolares (Treiman, 1970; Hauser; Featherman, 1976). No Brasil, apesar de existirem diversas pesquisas recentes sobre os efeitos da origem social, os trabalhos pioneiros de Silva e Hasenbalg (2000) analisaram a relação entre origem social e alcance educacional.

Além da dimensão vertical, os pesquisadores também focam na dimensão horizontal da estratificação educacional. Esta dimensão examina as diferenças qualitativas nas transições educacionais e no acesso ao ensino superior, considerando o impacto da origem social no tipo e na qualidade da educação frequentada (Lucas, 2001). Ao contrário da análise vertical, que se concentra em quantos anos de educação uma pessoa recebe, a análise horizontal investiga as trajetórias educacionais, reconhecendo que o progresso no sistema educacional não é linear, uma vez que existem sistemas educacionais com caminhos alternativos, nos quais a probabilidade de continuar estudando não está apenas relacionada à origem social, mas também ao desempenho escolar e ao seu significado (Breen; Jonsson, 2000).

No Brasil, por exemplo, essa dimensão vem ganhando fôlego nos estudos sobre as transições para o ensino superior com a análise da diferença entre público e privado (Salata, 2018). Em vários países, os estudantes podem escolher entre uma educação vocacional ou acadêmica, cursar uma universidade ou concluir apenas o ensino médio, dependendo do que consideram mais relevante para a sua vida adulta. Assim, a origem social impacta não apenas na permanência no sistema escolar, mas também o significado atribuído a diferentes níveis de escolaridade e a probabilidade de continuidade nos estudos, que varia conforme a posição social do indivíduo.

### **1.1 Aspectos teóricos: o efeito de origem sobre o destino educacional**

Após definir o que significa estratificação educacional e explorar os desdobramentos temáticos desse subcampo, bem como as discussões que essa linha de pesquisa gera, avançamos agora ao debate sobre os caminhos e contornos teóricos envolvidos. Picanço e Moraes (2016) destacam que os estudos nesse subcampo se baseiam em autores cujas hipóteses evoluíram para se tornarem perspectivas teóricas e metodológicas aplicáveis em diversos contextos nacionais e regionais. Atualmente, essas diferentes formas de explicar as desigualdades presentes na educação, podem

ser resumidas em três principais teorias: i) teoria da modernização/industrialização, ii) teoria da reprodução e iii) teoria da escolha racional.

A primeira delas, a teoria da modernização/industrialização, se desenvolveu tão logo se deu a expansão do sistema educacional, junto ao otimismo com o processo de industrialização, burocratização e ampliação do estado de bem-estar social. Essa teoria, ancorada na perspectiva funcionalista<sup>4</sup>, previa que o desenvolvimento social e econômico reduziria o impacto da origem social nos resultados educacionais, promovendo maior igualdade de oportunidades (Salata, 2018). Donald Treinam (1970), um dos expoentes dessa perspectiva, acreditava que a expansão educacional por si só promoveria uma distribuição mais igualitária de oportunidades, em que os indivíduos competiriam em condições mais justas, baseando-se no mérito e no investimento pessoal (Picanço; Moraes, 2016).

No entanto, à medida que a educação se expandia, a teoria da modernização não conseguiu explicar plenamente esse novo cenário, permitindo que visões menos otimistas ganhassem espaço (Bringhenti, 2024), como a teoria da reprodução. Essa teoria argumenta que o próprio sistema educacional é responsável pelas desigualdades. Os reproduтивistas adotaram uma postura crítica em relação ao funcionamento e à estrutura do sistema de ensino, distanciando-se das ideias defendidas pelos funcionalistas (Andrade; Vares, 2010). Eles viam o sistema de ensino como uma série de etapas de seleção que perpetuam as desigualdades sociais.

A teoria da reprodução possui diferentes vertentes. Entre elas, destacam-se as contribuições de Samuel Bowles e Herbert Gintis (teoria da correspondência) e de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (teoria da violência simbólica). O princípio da correspondência foi estabelecido pelos economistas Bowles e Gintis na obra *Schooling in Capitalist America*, publicada pela primeira vez em 1976. Nesse livro, os autores analisam o sistema escolar dos Estados Unidos e a sua relação com o sistema produtivo capitalista. Eles argumentam que o sistema de ensino está em sintonia com os pressupostos da divisão social do trabalho (Andrade; Vares, 2010), funcionando como um mecanismo de internalização de valores, normas e

---

<sup>4</sup>O funcionalismo apoia-se na ideia de que a sociedade é um grande sistema complexo “cujas diversas partes trabalham conjuntamente para produzir estabilidade e solidariedade” (Helal, 2015, p. 252). Os funcionalistas foram uma das principais correntes da sociologia durante o século passado, tendo como um de seus grandes expoentes o pesquisador Talcott Parsons.

comportamentos ditados pela classe dominante. Dessa forma, o processo de escolarização prioriza a integração dos jovens ao mercado de trabalho e serve como meio de “perpetuação das relações sociais da vida econômica” (Mont’Alvão, 2011, p. 394). Em outras palavras, a realização educacional é parte de um processo maior de legitimação da estrutura de classes (Helal, 2015).

Os princípios que regem essa teoria foram sistematizados por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, no livro *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino* (1992). Nesse livro, os autores abordam importantes conceitos para a reflexão sobre a questão educacional, incluindo a definição de sistema de ensino. Para eles, o sistema de ensino refere-se a um “conjunto de mecanismos institucionais pelos quais se assegura a transmissão da cultura herdada do passado entre as gerações” (Bourdieu; Passeron, 1992, p. 25). Todavia, embora tenham apresentado novos argumentos e caminhos possíveis para explicar as desigualdades presentes e perpetuadas por meio da educação, a teoria da reprodução trouxe alguns dilemas para os pesquisadores que tentaram operacionalizar os conceitos de capitais (Picanço; Morais, 2016), o que abriu espaço para outra teoria, que é a teoria da ação racional.

As análises mais recentes têm investido cada vez mais na teoria da escolha racional, que se trata de um grande guarda-chuva teórico que abriga diferentes modelos e possibilita que novas associações sejam feitas, tendo como base a ação individual e racional dos indivíduos. Para Hechter e Kanazawa (1997), o que separa grande parte dos modelos de teoria da ação racional é a proporção das suposições centrais: pois se de um lado há autores que partem de conclusões mais universais, próximas à base econômica; de outro, estão aqueles que partem de suposições mutáveis, que não necessariamente são aplicáveis de modo universal e que envolvem definições sobre valores e crenças. Todavia, por mais que haja diferenças, a crença comum a todos que utilizam essa base é de que: há certa dose de racionalidade implicada na ação dos indivíduos, podendo variar em intensidade e proporção.

De início, havia resistência entre os sociólogos e as sociólogas em aceitar as ideias e os conceitos da ação racional, principalmente devido ao ceticismo em relação a suposta falta de realismo dessa linha, que poderia levar a resultados explicativos limitados (Goldthorpe, 1996). Hechter e Kanazawa (1997) também pontuam que

durante muito tempo os trabalhos sociológicos tinham o viés da teoria da ação racional, mas não desenvolviam ou sinalizavam para esse repertório, sem apresentar definições claras, sem tratar conceitos ou até mesmo indicar quais são as ideias presentes na análise empírica.

Nesse processo de maior “aceitação” da teoria entre os estudos sociais, autores como os economistas Becker e Hirsch tiveram bastante influência, principalmente por conduzirem estudos mais próximos aos tópicos caros à sociologia moderna, como a questão da estratificação e da mobilidade social. Autores como Boudon (2001), Goldthorpe (1996) e Coleman (1990), passaram a trabalhar e a sinalizar para o uso da teoria da ação racional, adicionando novos elementos para a concepção sociológica desta teoria.

Dos autores que contribuíram para a teoria, os trabalhos de Raymond Boudon foram aqueles que mais ganharam espaço entre os estudos de desigualdade. Os trabalhos de Boudon foram importantes para demonstrar a possibilidade da articulação entre a teoria da ação racional e a sociologia, demonstrando que há certa dose de racionalidade nos indivíduos e que isso poderia ser tomado como um elemento importante da análise de estratificação educacional.

A partir da teoria da ação racional, diferentes estudos demonstraram que por mais que a expansão da educação tenha ajudado a diminuir as desigualdades de oportunidades presentes nos primeiros coortes de idade, ao mesmo tempo houve o deslocamento das barreiras educacionais para os níveis mais elevados de formação escolar (Blossfeld; Shavit, 1993). E essa constatação assentiu para a elaboração de importantes hipóteses, como a *Maximally Maintained Inequality* (MMI – Desigualdade Maximamente Mantida) e a *Effectivelly Maintained Inequality* (EMI – Desigualdade Efetivamente Mantida).

Conforme argumentam Werfhorst, Tam e Shavit (2017), a hipótese de MMI (Raftery; Hout, 1993) e de EMI (Lucas, 2001) representam duas abordagens distintas para conectar a expansão educacional com a mobilidade educacional. Essas hipóteses, fundamentadas nos princípios da perspectiva weberiana sobre competição por *status*, oferecem *insights* importantes sobre como a educação influencia a mobilidade social e a distribuição de recursos na sociedade.

De modo geral, essas teorias, perspectivas e hipóteses até aqui discutidas, ajudaram a edificar diferentes tentativas de análises sobre a estratificação educacional, produzindo uma extensa bibliografia que será, em parte, discutida na última seção deste trabalho.

## **1.2 Aspectos metodológicos: as possibilidades de abordagem quantitativa da desigualdade educacional**

Como comentamos no início deste texto, a temática da estratificação educacional é bastante dinâmica e continuamente se atualiza, tanto em relação à teoria quanto aos suportes metodológicos. Com o desenvolvimento de *softwares* avançados, hoje está cada vez mais “fácil” (entre muitas aspas) encontrar e analisar dados sociais de maneira detalhada e sofisticada. Bancos de dados on-line, programas estatísticos em diferentes versões e ferramentas e plataformas de pesquisas abertas garantem que os(as) pesquisadores(as) tenham acesso a inúmeras informações e, assim, consigam desenvolver análises cada vez mais refinadas.

Atualmente, grande parte dos estudos partem de abordagens quantitativas, com longos recortes temporais e uma infinidade de modelos estatísticos. No Brasil, por exemplo, parte dessas análises é construída a partir do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), Stata ou R – as quais são ferramentas de análise estatísticas que permitem a modelagem e a análise dos dados fornecidos pelos diferentes bancos de dados (Corrar; Paulo; Dias Filhos, 2009).

Quanto às técnicas utilizadas, trata-se de um campo de estudo que possui bastante afinidade com a linguagem e a análise estatística, seja ela simples ou multivariada, com modelos de análise bastante complexos. Antes, cabe destacar que o estudo das transições educacionais apresenta uma modelagem específica para a sua análise. Em estudos sobre o tema, frequentemente encontramos que será estimado o “modelo de transições condicionadas tradicionais”. Uma abordagem comum para analisar essas transições em um sistema educacional é o uso do modelo *logit* ou modelo *logit* sequencial (Mare, 1980; Silva, 2003). Esses modelos permitem estimar a probabilidade de um indivíduo alcançar determinado nível de escolaridade, por ter completado os níveis educacionais anteriores.

O trabalho de Mare (1980) foi aquele que demonstrou e operacionalizou as vantagens de se utilizar um modelo logístico sequencial. A proposta de Mare postula que “a cada ano os alunos têm a opção de continuar ou terminar sua educação formal, cada decisão de parar ou continuar é uma variável binária, pontuada com um para os alunos que continuam e com zero para os alunos que optam por parar” (Lucas, 2001, p. 1945, tradução nossa).

Com base nessa proposta, diferentes estudos foram realizados para tentar observar se os coeficientes de *logit* para a origem de classe mudam entre as transições e se dentro de cada transição os coeficientes são alterados, conforme os coortes. As contribuições do trabalho de Mare são múltiplas, pois ajudou a ampliar a compreensão e as possibilidades de análise sobre a estratificação educacional. Até hoje esse trabalho segue sendo citado e utilizado para estabelecer análises sobre diferentes realidades, sistemas educacionais e trajetórias de vidas sob a ótica da desigualdade (Blossfield; Shavit, 1993; Lucas, 2001).

Na continuidade da discussão sobre as técnicas estatísticas mais empregadas no estudo da estratificação educacional, tanto no Brasil quanto no mundo, os pesquisadores frequentemente utilizam três modelos principais: o modelo linear, o modelo *logit* e o modelo *logit* multinomial (Mont’Alvão, 2011; Brito, 2017; Salata, 2018). O modelo linear é utilizado para prever e descrever a relação entre uma variável dependente e uma ou mais variáveis independentes. Um ponto importante para a aplicação desse tipo é que a variável dependente deve ser medida em uma escala métrica, ou seja, os valores da variável devem ser expressos em uma escala contínua. Além disso, duas técnicas estatísticas são fundamentais para esse modelo. A regressão é empregada com o propósito de previsão, buscando prever o comportamento da variável dependente com base em uma ou mais variáveis independentes. Já a correlação é utilizada para medir a força da relação entre as variáveis envolvidas no modelo (Turkman; Silva, 2000).

Assim como no modelo anterior, a regressão logística ou *logit* também visa prever a relação entre a variável dependente e uma ou mais variáveis independentes. Entretanto, utilizamos a regressão logística quando a variável dependente é de natureza qualitativa e só pode assumir duas categorias (0-1) (Power; Xie, 1999). Para evitar valores inferiores a zero e superiores a um, as observações são convertidas em

razões de chances (*odds ratio*) – as saídas da regressão logística podem ser mais bem compreendidas a partir do logaritmo da razão de chances<sup>5</sup>. Assim, o modelo de regressão *logit* é usado para descrever as probabilidades de sucesso, definidas como a probabilidade de um resultado em relação a outro (Power; Xie, 1999; Corrar; Paulo; Dias Filhos, 2009).

Por último, o modelo logístico multinomial, é utilizado para analisar variáveis dependentes que possuem três ou mais categorias, como é o caso do trabalho de Mont’Alvão (2011). Esse modelo tem a capacidade de produzir estimativas mais flexíveis e abrangentes, uma vez que permite que os parâmetros variem para cada categoria da variável dependente. Ou seja, trata-se de um modelo menos parcimonioso e, portanto, mais completo que o modelo ordinal (King; Tomz; Wittenberg, 2000).

Sobre esses modelos, destacamos também que em pesquisas sobre o cenário brasileiro, um exemplo comum é a análise dos diferentes níveis de ensino, categorizados como educação básica, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior. Quando analisamos os níveis educacionais, precisamos compreender que estamos lidando com uma variável que apresenta múltiplas categorias. Por isso, no momento da análise, é imprescindível entender as características das nossas variáveis, pois a principal diferença entre o modelo logístico multinomial e o modelo *logit* binário é justamente o número de categorias que a variável dependente pode ter (Becker; Katz, 2012; Fernandes *et al.*, 2020).

Seguindo, também é de igual importância refletir sobre a forma que os conceitos de origem de classe social e escolaridade foram sendo incorporados à análise empírica. A forma de medir e computar a variável educação se refere ao percurso de um indivíduo no sistema educacional. Para isso, são computados anos de estudo, transições entre diferentes níveis de ensino (como aquele que discutimos anteriormente, proposto por Mare), desempenho acadêmico e tipo de instituição educacional. Atualmente, a forma de medir a educação também têm acrescido a

---

<sup>5</sup>Geralmente, os modelos de regressão possuem uma saída que não é de simples interpretação, para isso, é comum que os pesquisadores e as pesquisadoras utilizem outras medidas para ler os resultados, como é o caso da razão de chance.

discussão sobre o caráter posicional das credenciais educacionais, como os trabalhos de Rotman, Shavit e Shalev (2016), e Salata e Cheung (2022).

Já para medir a origem de classe social são utilizados dados socioeconômicos e demográficos da família do indivíduo em análise. Grande parte dos estudos utiliza os dados dos chefes de família, que incluem: nível de ensino e ocupação do chefe de família, renda familiar e, em alguns casos, estrutura familiar. As categorias sócio-ocupacionais variam, e um exemplo aplicado ao contexto brasileiro é a proposta de Silva (1992). Essa proposta agrupa categorias ocupacionais com base na homogeneidade das posições de mercado e trabalho, considerando também as distinções entre contextos rural e urbano, setores manuais e não manuais, e a separação entre setores econômicos (Salata, 2018; Salata; Cheung, 2022).

A estrutura proposta por Silva (1992) mais tarde foi remodelada a partir de estudos de Scalon (1999), que reduziu as categorias de 18 para 9, com objetivo de proporcionar maior facilidade de análise dos resultados. Sendo as categorias: 1) profissionais (referência); 2) administradores e gerentes; 3) proprietários empregadores; 4) não manual de rotina; 5) trabalhador por conta própria; 6) trabalhadores manuais qualificados; 7) trabalhadores manuais não qualificados; 8) empregadores rurais; e 9) empregados rurais.

A partir disso, as trajetórias podem ser pensadas de modo isolado ou coletivo, tendo como unidade de análise os deslocamentos de uma posição para outra, que são percorridos durante os envelhecimentos biológico e social da vida. Assim, para medir a progressão dos indivíduos dentro das estruturas sociais utiliza-se “coortes” de idade, possibilitando as operacionalizações conceitual e metodológica dos momentos da vida.

Quanto às bases de dados, essas são múltiplas. No contexto internacional, por exemplo, são utilizados diferentes bancos de dados, que podem ser obtidos por meio de *surveys* ou de base de dados governamentais. Shavit (2011), em seu estudo sobre a expansão e a desigualdade na educação superior em Israel, realizou um *survey* com homens e mulheres entre 25 e 45 anos. Usando uma combinação da fonte de dados Swedish Governmental Commission on Education Inequality e a Swedish level-of-living surveys (LNU), Jonsson e Erikson (2007), analisaram a rápida expansão do ensino superior na Suécia e a diminuição da desigualdade de classe nas chances de matrícula. No Brasil, embora alguns trabalhos também utilizem dados como Pesquisa

de Padrões de Vida (PPV) (Ribeiro, 2011), grande parte das pesquisas utilizam as bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A utilização da base de dados do IBGE como instrumento de mensuração dos indicadores educacionais no Brasil já é uma tradição. As principais pesquisas utilizadas são a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) e os Censos Demográficos. O Censo proporciona uma análise aprofundada da educação e, em algumas edições, da mobilidade social. Entretanto, devido a sua baixa periodicidade, a utilização do Censo Demográfico impõe desafios para uma análise de comparação de anos. A Pnad Contínua, que disponibiliza informações trimestrais e uma abrangente cobertura territorial, possibilita uma análise sobre a educação, principalmente, longitudinalmente. Essa base de dados, bastante comum a esse tipo de pesquisa, apresenta um apanhado preciso sobre a origem social e as credenciais de educação adquiridas ao longo da vida. Mesmo contendo informações detalhadas sobre os diferentes níveis de ensino, as duas bases de dados apresentam limitações quanto às características qualitativas do ensino superior, não contendo informações sobre modalidade de ensino da instituição e o tipo de dependência administrativa.

## 2 Debates presentes entre 1990 e 2020: estudos nacionais e internacionais

A partir do movimento de expansão dos sistemas educacionais pelo mundo, diferentes pesquisadores e pesquisadoras passaram a observar essas tendências, questionando se elas de fato implicariam em mudanças para o sistema de estratificação educacional. Desde então, diferentes trabalhos foram publicados, levando para perspectivas plurais, e dentre aqueles mais citados está o trabalho de 1993 de Blossfeld e Shavit. No livro *Persistent Inequality: Changing Educational Attainment in Thirteen Countries*, que reúne estudos sobre vários países para entender as mudanças na estratificação educacional, os autores argumentam que a expansão educacional não diminuiu as desigualdades educacionais na maioria dos países industrializados, exceto na Suécia e na Holanda.

Blossfeld e Shavit (1993) sugerem que, apesar do aumento no acesso à educação, as desigualdades persistem, desafiando a teoria da modernização que previa maior igualdade de oportunidades educacionais com a expansão educacional.

As suas conclusões destacam que a desigualdade de classe continua sendo uma barreira significativa para a realização educacional. Pesquisas subsequentes, como a de Cobalti e Schizzerotto (1994), Torche (2005) e Pfeffer (2008), confirmaram a tendência de desigualdade persistente também para países socialistas e de industrialização recente.

No entanto, embora a tendência de desigualdade persistente tenha ganhado espaço entre os estudos, surgiram pesquisas que desafiaram esses resultados, demonstrando que em diferentes casos nacionais houve a diminuição das desigualdades, como o caso da França, com o trabalho de Vallet (2004). Esse mesmo resultado também foi confirmado para os casos dos países Alemanha, Itália, Espanha, Noruega e Finlândia.

Já o trabalho de Richard Breen *et al.* (2009) traz um avanço nesse sentido, apresentando um estudo comparado relacionando oito países europeus, chegando a conclusões que resumem sob o título de *Nonpersistent Inequality* (desigualdade não persistente), indicando que as desvantagens sociais diminuíram de forma bastante acentuada entre a classe trabalhadora, destacando-se os casos da Suécia, Holanda, Grã-Bretanha, Alemanha e França. Neste trabalho, Breen *et al.* (2009) partem de uma reavaliação dos achados de Blossfield e Shavit (1993), questionando a persistência da desigualdade para o caso de oito países europeus, tendo em vista a utilização de modelos *logit* ordenados para avaliação da realização educacional dos indivíduos. Após a pesquisa de 2009, Breen *et al.* (2010) questionaram a questão da persistência ou não da desigualdade, especificamente para o caso das mulheres, o resultado sugeriu que ao longo do século XX houve a redução da desigualdade para as mulheres.

A tendência de *Nonpersistent Inequality* também foi encontrada por Barone e Ruggera (2017), que replicaram os estudos de Breen *et al.* (2009; 2010) estendendo a análise para 26 países europeus, confirmando que houve a redução generalizada das desigualdades, com significativo declínio nas décadas do pós-guerra. No entanto, mesmo fortalecendo o argumento de Breen *et al.* (2009), os autores Barone e Ruggera (2017) entendem que, embora o declínio e a estabilidade da desigualdade tenham sido detectados, a Europa já passou pelo seu “momento de ouro” da equalização educacional, deixando para trás os melhores indicadores educacionais.

Trabalhos recentes no âmbito internacional também têm somado à discussão da posicionalidade da educação. Publicações como as de Bukodi e Goldthorpe (2016), Rotman, Shavit e Shalev (2016), Werfhorst, Tam e Shavit (2017), Salata e Cheung (2022), têm desafiado a conclusão de desigualdade não persistente, demonstrando – em grande parte – que, assim como as conclusões de Blossfeld e Shavit (1993), há um cenário de persistência da desigualdade. Quando a educação é avaliada em termos relativos, fica evidente que a expansão educacional ocorrida nas últimas décadas não conseguiu atenuar os efeitos da origem social sobre a escolaridade alcançada, como é o caso dos países Japão, Israel, Grã-Bretanha, Romênia, Espanha, Polônia, Estados Unidos e Brasil.

A relatividade do valor das credenciais de educação já foi assumida e incorporada pela literatura, resultando em importantes contribuições para a análise da distribuição de oportunidades entre os indivíduos. No entanto, mesmo que essa noção já seja bastante difundida e validada, parte das investigações segue medindo as credenciais em termos absolutos, tal como o caso da literatura brasileira sobre o tema.

Pesquisas nacionais têm apurado resultados que convergem cenários de diminuição, persistência e recrudescimento das desigualdades de resultados educacionais, haja vista os diferentes níveis de ensino e os pontos de progressão educacional dos indivíduos analisados. Todavia, embora os achados apontem para diferentes níveis de manutenção ou diminuição das desigualdades, a conclusão comum é de que há certa fluidez nas estruturas educacionais brasileiras, nas quais mesmo que ainda existam barreiras, a relação entre origem social e resultados educacionais tem se enfraquecido (Silva; Hasenbalg, 2000; Silva, 2003; Fernandes, 2005; Ribeiro, 2009; Mont’Alvão, 2011; Marteletto; Carvalhaes; Hupert, 2012; Picanço, 2015; Brito, 2017).

Vale mencionar que os trabalhos publicados sobre o cenário brasileiro seguem as tendências teóricas e metodológicas internacionais. Dentre essa vasta produção, os autores de grande proporção entre essas publicações são Nelson Vale do Silva (2003), Carlos Antônio Costa Ribeiro (2009) e Arnaldo Lopo Mont’Alvão Neto (2011). Dos tantos trabalhos publicados de Silva, entre aqueles mais recentes está o de 2003, em que Silva analisa as desigualdades sociais nas chances de se completar com sucesso três transições básicas no nível fundamental (1<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries) de ensino. Usando

dados da PNAD (1981, 1990, 1999) e um modelo logístico, ele conclui que a influência das origens sociais declina ao longo das transições escolares, indicando uma diminuição das desigualdades educacionais. No entanto, a renda familiar aumenta a influência nas transições, destacando o papel do ensino privado.

Já nos trabalhos de Ribeiro, como o livro de 2009, o autor analisa as tendências das desigualdades de oportunidades educacionais na segunda metade do século XX no Brasil, utilizando dados da Pesquisa de Padrões de Vida (1996-1997). Ele observa pouca mudança na estratificação educacional entre as coortes de nascimento e um aumento das vantagens para mulheres. Ele também aponta que a educação da mãe e a ocupação do pai perderam influência sobre o sucesso escolar dos filhos ao longo do tempo, destacando a importância das políticas educacionais dos anos 1980.

No caso de Mont'Alvão, o autor analisa a estratificação educacional do século XXI com dados da PNAD (2001, 2004, 2007), testando a hipótese da desigualdade efetivamente mantida para a realidade brasileira. Como resultado, o autor sugere que, nos últimos anos, o Brasil possui um “um quadro de alta desigualdade nas chances de se completar as transições educacionais, tanto na rede pública quanto na rede privada” (Mont’alvão, 2011, p. 421). Também sugere que aqueles indivíduos que são parte de famílias “quebradas” durante o ensino secundário fazem com que sejam diminuídas as chances de se completar essa transição, tendo consequências até o momento de entrarem ou não na universidade.

Outros trabalhos como o de Fernandes (2005), também incluem o efeito do recorte de raça. A autora chega à conclusão de que não houve a equalização das oportunidades educacionais, mas sim um padrão misto de efeitos. As conclusões apresentadas por Fernandes vão ao encontro da análise proposta por Picanço (2015), tendo como recorte as chances de acesso ao ensino superior entre os jovens de 18 a 29 anos, para os anos de 1993, 1998, 2003 e 2011. Como resultado, Picanço (2015) conclui que ainda existe uma parcela desses jovens que se mantém de fora do ensino superior, tendo em vista conjunturas sociais e econômicas mais ou menos favoráveis.

Estudos comparados integraram a realidade brasileira, como o de Marteleto, Carvalhaes e Hubert (2012), que compararam Brasil e México. Eles destacaram a importância da qualidade diferenciada entre os sistemas educacionais, considerando o tipo de ensino, público ou privado. Como conclusão, os autores sugerem que a

expansão educacional reduziu a influência da origem social nas transições para o ensino secundário, ampliando a escolaridade para os economicamente desfavorecidos, e que houve um aumento na relação entre origem social e matrícula em ensino privado. Nessa mesma linha, em estudo posterior, Marteleto, Marschner e Carvalhaes (2016) analisaram o impacto da expansão educacional, incluindo os efeitos de raça e origem social. Os autores constatam que as desigualdades de oportunidades educacionais na América Latina seguem um caminho contrário ao dos países industrializados, fortalecendo desigualdades para algumas coortes.

O resultado encontrado pelos autores também vai ao encontro daqueles publicados por Murillo Marschner Alves Brito. Em artigo mais recente, de 2017, Brito analisa os padrões de associação entre origem social e resultados educacionais para todos os níveis de ensino (fundamental, médio e superior), utilizando como dados as pesquisas demográficas entre 1960 e 2010, para os indivíduos entre 16 e 25 anos. Como resultado, o autor sugere que houve a persistência da desigualdade para o caso da transição para o nível médio. No argumento de Brito, a persistência da desigualdade é uma das principais características que define o quadro educacional brasileiro das últimas décadas. A dinâmica da expansão educacional, com a oferta de mais educação, não foi capaz de acomodar a pressão demográfica da população brasileira, com exceção do período entre 2000 e 2010. Isto é, o autor defende que, para o nível médio, há um padrão de desigualdade que se mantém, indicando a existência de mecanismos que “operam a distribuição das oportunidades educacionais [e que] não mudaram significativamente nos últimos 50 anos, mesmo com a expansão da oferta educacional nesse nível” (Brito, 2017, p. 253, grifo nosso).

Os resultados sugeridos por Brito são menos otimistas se comparados aos identificados por Silva (2003), Ribeiro (2009) e Mont’Alvão (2011). Revela que mesmo que o acesso à educação do nível fundamental tenha sido universalizado, isso fez com que as barreiras antes existentes nessa transição fossem empurradas para as outras etapas de formação, garantindo a permanência da desigualdade de oportunidades para aqueles que antes já estavam em desvantagem. Esse entendimento menos otimista em relação ao cenário brasileiro, também vai ao encontro dos resultados encontrados em estudos recentes de Salata (2018), e Salata e Cheung (2022), que analisam a educação pelo seu caráter posicional.

## Considerações finais

Ao longo das últimas décadas, o sistema educacional no Brasil e no mundo, tem passado por um longo processo de expansão, reformas e implementação de políticas públicas. Encontramos uma produção crescente de pesquisas alinhadas ao subcampo da estratificação e da desigualdade educacional, que tem em vista analisar os efeitos da origem social sobre o percurso educacional dos estudantes em meio a esses processos.

Neste trabalho propusemos uma discussão geral sobre a temática da estratificação, concentrando especificamente no caso da educação. Como evidenciado, existem diferentes estratégias investigativas produzidas pelos pesquisadores e pelas pesquisadoras alinhadas a esse subcampo, que passam por questões teóricas e metodológicas. Um número crescente de trabalhos teóricos têm demonstrado avanços significativos em relação às formas de explicação e reflexão sobre os fatores que levam e perpetuam ou não a desigualdade no nível educacional, que saiu de uma proposta meritocrática para lançar luz sobre o indivíduo e a sua agência. Embora haja diferenças em termos de metodologia e bases de dados entre as pesquisas nacionais e internacionais, grande parte delas está fundamentada em pressupostos da teoria da reprodução ou da teoria da ação racional, embora alguns casos não deixem evidente essa filiação.

Com base na leitura dos principais resultados de pesquisa selecionados para esse artigo, verificamos que, embora esses trabalhos tenham levado para diferentes diagnósticos, a análise sobre o efeito da expansão educacional no processo de estratificação educacional desenvolve uma linha de pesquisa sólida e “durável”. As constantes transformações na sociedade dão novos contornos ao estudo da temática, dependendo da forma como são manipuladas e mensuradas as variáveis. Encontramos pesquisas que reforçam um cenário de desigualdade persistente ou de desigualdade não persistente. Embora as bases de dados brasileiras disponíveis apresentam limitações quanto às informações qualitativas sobre as instituições de ensino, o número de trabalhos que abordam o processo de estratificação educacional sob a perspectiva horizontal tem aumentado.

Foi possível demonstrar também que, para se ter um diagnóstico preciso sobre essa problemática, é necessário atentar-se para todos os elementos implicados no estudo, desde o recorte de pesquisa até como se observam as variáveis.

## Bibliografia

- ANDRADE, F.; VARES, S. O “princípio de correspondência” em Samuel Bowles e Herbert Gintis: uma reflexão em torno da relação educação-trabalho. *Revista da Faculdade de Educação*, v. 14, n. 8, p. 105-120, 2010.
- BARONE, C.; RUGGIERA, L. Educational equalization stalled? Trends in inequality of educational opportunity between 1930 and 1980 across 26 European nations. *European Societies*, v. 2, n. 1, p. 1-22, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14616696.2017.1290265>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- BECK, N.; KATZ, J. N. What to do (and not to do) with time-series cross-section data. *American Political Science Review*, v. 89, n. 3, p. 634-647, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2082979>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- BLOSSFELD, H. P.; SHAVIT, Y. *Persistent inequality: changing educational attainment in thirteen countries*. Boulder: Westview, 1993.
- BOUDON, R. *Which rational action theory for future mainstream sociology: methodological individualism or rational choice theory?* Michigan: Wiley, 2001.
- BOUDON, R. *Desigualdade de oportunidades: a mobilidade social nas sociedades industriais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BOWLES, S.; GINTIS, H. *Schooling in capitalist America*. Nova York: Basic, 1966.
- BREEN, R. et al. Long-term trends in educational inequality in Europe: class inequalities and gender differences. *European Sociological Review*, v. 26, p. 31-48, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/esr/jcp001>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- BREEN, R. et al. Nonpersistent inequality in educational attainment: evidence from eight European countries. *American Journal of Sociology*, v. 114, n. 5, p. 1475-1521, mar. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1086/593128>. Acesso em: 12 mar. 2024.
- BREEN, R.; GOLDTHORPE, J. H. Explaining educational differentials: towards a formal rational action theory. *Rationality and Society*, v. 9, n. 3, p. 275-305, 1997.
- BREEN, R.; JONSSON, J. Analyzing educational careers: a multinomial transition model. *American Sociological Review*, v. 65, n. 5, p. 754-777, 2000.

BRITO, M. Novas tendências e velhas persistências? Modernização e expansão educacional no Brasil. *Caderno de Pesquisa*, v. 47, n. 163, p. 224-263, mar. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053143789>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRINGHENTI, T. F. S. *A educação como bem posicional: expansão educacional e desigualdade de resultados educacionais no Brasil*. 2024. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

BUDOKI, E.; GOLDTHORPE, J. Educational attainment – relative or absolute – as a mediator of intergenerational class mobility in Britain. *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 43, p. 5-15, 2016.

COBALTI, A.; SCHIZZEROTTO, A. *La mobilità sociale in Italia*. Bologna: Il Mulino, 1994.

COLEMAN, J. *Foundations of social theory*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1990.

CORRAR, L. J.; PAULO, E.; FILHO, J. M. D. *Análise multivariada: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia*. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

FERNANDES, A. A. T. et al. Read this paper if you want to learn logistic regression. *Revista de Sociologia e Política*, v. 28, n. 74, p. 006-026, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-531491528>. Acesso em: 25 jan. 2024.

FERNANDES, D. C. Race, socioeconomic development and the educational stratification process in Brazil. *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 22, p. 365-422, 2005. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0276-5624\(04\)22012-1](https://doi.org/10.1016/S0276-5624(04)22012-1). Acesso em: 2 abr. 2024.

GOLDTHORPE, J. H. The quantitative analysis of large-scale data-sets and rational action theory: for a sociological alliance. *European Sociological Review*, v. 12, n. 2, p. 109-126, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/esr/12.2.109>. Acesso em: 12 jan. 2024.

GRUSKY, D.; WEISSHAAR, K. R. The questions we ask about inequality. In: GRUSKY, D. (org.). *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. 4. ed. Nova York: Routledge, p. 26-53, 2014.

HAUSER, R.; FEATHERMAN, D. Equality of schooling: trends and prospects. *Sociology of Education*, v. 49, n. 2, p. 99-120, 1976.

HECHTER, M.; KANAZAWA, S. Sociological rational choice theory. *Annual Review of Sociology*, v. 23, p. 191-214, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.23.100706.093221>. Acesso em: 10 mar. 2024.

HELAL, D. H. M. Reprodução social e estratificação social: apontamentos e contribuições para os estudos organizacionais. *O&S*, v. 22, n. 73, p. 251-267, 2015.

JONSSON, J. O.; ERIKSON, R. Sweden: why educational expansion is not such a great strategy for equality-theory and evidence. *American Journal of Sociology*, v. 112, p. 1775-1810, 2007.

KING, G.; TOMZ, M.; WITTENBERG, J. Making the most of statistical analyses: improving interpretation and presentation. *American Journal of Political Science*, v. 44, n. 2, p. 341-355, 2000.

LUCAS, S. R. Effectively maintained inequality: education transitions, track mobility, and social background effects. *American Journal of Sociology*, v. 106, p. 1642-1690, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/321300>. Acesso em: 15 fev. 2024.

MARE, R. D. Social background and school continuation decisions. *Journal of the American Statistical Association*, v. 75, p. 295-305, 1980.

MARTELETO, L.; CARVALHAES, F.; HUBERT, C. Desigualdades de oportunidades educacionais dos adolescentes no Brasil e no México. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 29, n. 2, p. 277-302, 2012.

MARTELETO, L.; MARSCHNER, M.; CARVALHAES, F. Educational stratification after a decade of reforms on higher education access in Brazil. *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 46, p. 99-111, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rssm.2016.04.001>. Acesso em: 25 jan. 2024.

MONT'ALVÃO, A. Estratificação educacional no Brasil no século XXI. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 54, n. 2, p. 389-430, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0011-52582011000200004>. Acesso em: 5 fev. 2024.

ORTIZ, L.; RODRIGUES-MENÉS, J. The positional value of education and its effect on general and technical fields of education: educational expansion and occupational returns to education in Spain. *European Sociological Review*, v. 32, n. 4, p. 456-470, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/esr/jcv038>. Acesso em: 10 mar. 2024.

PFEFFER, F. Persistent inequality in educational attainment and its institutional context. *European Sociological Review*, v. 24, n. 5, p. 543-565, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/esr/jcn039>. Acesso em: 12 jan. 2024.

PICANÇO, F. Juventude por cor e renda no acesso ao ensino superior: somando desvantagens, multiplicando desigualdades? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 30, n. 88, p. 59-76, jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-69092015000300005>. Acesso em: 15 mar. 2024.

PICANÇO, F.; MORAIS, J. Estudos sobre estratificação educacional: síntese dos principais argumentos e desdobramentos. *Educação & Sociedade*, v. 37, n. 135, p. 391-406, abr./jun. 2016.

POWER, D. A.; XIE, Y. *Statistical methods for categorical data analysis*. [S. l.]: Academic Press, 1999.

RAFTER, A.; HOUT, M. Maximally maintained inequality: expansion, reform, and opportunity in Irish education. *Sociology of Education*, v. 66, n. 1, p. 41-62, 1993.

RIBEIRO, C. A. C. Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 54, n. 1, p. 41-87, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582011000100002>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RIBEIRO, C. A. C. *Desigualdade de oportunidades no Brasil*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

RIBEIRO, C. A. C.; CARVALHAES, F. Estratificação e mobilidade social no Brasil: uma revisão da literatura na sociologia de 2000 a 2018. *Biblioteca do Instituto Brasileiro*, n. 92, p. 1-46, 2020.

ROTMAN, A.; SHAVIT, Y.; SHALEV, M. Nominal and positional perspectives on educational stratification in Israel. *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 43, p. 17-24, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rssm.2015.10.002>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SALATA, A. Ensino superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v. 30, n. 2, p. 101-122, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.125482>. Acesso em: 18 mar. 2024.

SALATA, A. R.; CHEUNG, S. Y. Positional education and intergenerational status transmission in Brazil. *Research on Social Stratification and Mobility*, v. 77, 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0276562421000913>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SCALON, M. C. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Editora Revam, 1999.

SHAVIT, Y. Another look at persistent inequality in Israeli education. *AlmaLaurea Working Papers*, v. 27, p. 1-24, 2011.

SILVA, N. V. do. Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil. In: SILVA, N. V. do; HASENBALG, C. (orgs.). *Origens e destinos*. Rio de Janeiro: Iuperj/Ucam, p. 79-108, 2003.

SILVA, N. V. do; HASENBALG, C. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. *Revista Dados*, v. 43, n. 3, p. 397-422, 2000.

SILVA, N. V. do; SOUZA, A. M. Um modelo para a análise da estratificação educacional no Brasil. *Caderno de Pesquisa*, n. 58, p. 49-57, 1986.

TORCHE, F. Privatization reform and inequality of educational opportunity: the case of Chile. *Sociology of Education*, v. 78, n. 4, p. 316-343, 2005.

TREIMAN, D. Industrialization and social stratification. *Sociological Inquiry*, v. 40, n. 5, p. 207-234, 1970.

TURKMAN, M. A. A.; SILVA, G. L. *Modelos lineares generalizados: da teoria à prática: minicurso do VIII Congresso da Sociedade Portuguesa de Estatística*. Lisboa: SPE, 2000. E-book. Disponível em: <https://www.spestatistica.pt/storage/app/uploads/public/5ff/0b8/26d/5ff0b826dacea404650097.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2024.

VALLET, L.-A. Change in intergenerational class mobility in France from the 1970s to the 1990s and its explanation: an analysis following the CASMIN approach. In: BREEN, R. (org.). *Social mobility in Europe*. Oxford: Oxford University Press, p. 115-148, 2014.

WERFHORST, H.; TAM, T.; SHAVIT, Y. A positional model of intergenerational educational mobility: crucial tests based on 35 societies, jul. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17605/OSF.IO/7Q8NA>. Acesso em: 11 jan. 2023

**Recebido em:** Julho de 2024

**Aceito em:** Novembro de 2024

## COMO REFERENCIAR

BRINGHENTI, Taiane Fabiele da Silva; MIRANDA, Ana Carolina Homem de. Os fundamentos da pesquisa em estratificação educacional: dinâmicas e desigualdades educacionais em debate. *Latitude*, Maceió, v. 18, n. 2, p. jul.-dez., 2024.